

## A BEIRA DE PERDER O BONDE DA HISTÓRIA

A incapacidade de efetivamente gastar os poucos recursos orçamentários autorizados para investimento na infra-estrutura de transporte está nos levando a riscos cada vez maiores de “perder o bonde da história” em uma década extremamente propícia ao nosso desenvolvimento, ensejado pela estabilidade macroeconômica em nível interno e pelo panorama virtuoso do crescimento da economia mundial.

Se tivéssemos equacionado o problema da recuperação da nossa malha rodoviária existente, no período 2004/2006, o que era perfeitamente viável com os recursos autorizados para o orçamento de investimento do MT naquele triênio, estaríamos, hoje, apoiados em uma base muito mais sólida para fazer face à angustiante expectativa de uma inflação em nível mundial que, certamente tornará muito mais penoso o esforço de conseguir o crescimento sustentado do agronegócio e da indústria brasileiros.

A estatística da execução dos recursos autorizados para investimento, pelo MT, na infra-estrutura de transportes é assaz preocupante:

2004 – Autorizado R\$ 2,7 bilhões; pago 29% (0,78 bi);

2005 – Autorizado R\$ 6,30 bilhões; comprovada a despesa de 46% (2,93 bi);

2006 – Autorizado R\$ 6,2 bilhões; comprovada a despesa de 35,47% (2,2 bi);

2007 - Autorizado R\$ 10,9 bilhões; comprovada a despesa de 30,9% (3,37 bi);

2008 – Dos R\$ 6,8 bi, inscritos como restos a pagar de 2007, e dos R\$ 9,5 bi autorizados no OGU 2008, o governo, até o fim do primeiro semestre, somente havia conseguido executar R\$ 2,29 bi (14%). A cifra é alarmante.

Se as coisas não mudarem, o PAC, pelo menos que diz respeito à infra-estrutura de transporte, não passará de um redondo fracasso.

Existe hoje, com inteira justiça, uma realidade inegável de temor no seio do empresariado e dos órgãos executores do poder público quanto aos excessos de arbítrio e conflitos de autoridade dos agentes de autoridade envolvidos no licenciamento e na fiscalização de execução dos projetos de infra-estrutura. Inclusive, o crescimento da estrutura e a ampliação da forma de atuação do TCU no controle externo da atuação do Poder Executivo recentemente anunciada por aquele Tribunal estão preocupando a muitas pessoas, pelos riscos de maiores entraves ao processo de liberação e controle da execução de obras.

Temos repetido, contudo, que o mais grave dos problemas está no próprio governo, no todo da estrutura de planejamento e execução do orçamento e até nos métodos e processos utilizados. Tudo muito complicado, hermético e impróprio para o controle eficaz da execução físico-financeira, o que recomenda a necessidade de uma urgente e profunda revisão.